



**CUIDAR DOS
CATARINENSES
HOJE É
CONSTRUIR O
AMANHÃ.**



**Mensagem
à Assembleia
Legislativa**

**Abertura
da Sessão
Legislativa**

2023



GOVERNO DE

**SANTA
CATARINA**

**MENSAGEM DO GOVERNADOR
DE SANTA CATARINA
À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Jorginho dos Santos Mello
Governador do Estado de Santa Catarina

Florianópolis (SC), fevereiro de 2023

Pronunciamento do Governador.....pág. 06
Conjuntura Econômica de SC.....pág. 08
Panorama Financeiro de SC.....pág. 11
Orçamento de 2023.....pág. 16
O Novo Governo.....pág. 21
Plano de Ação.....pág. 22



1. PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, JORGINHO DOS SANTOS MELLO, POR OCASIÃO DA ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados e demais autoridades presentes, imprensa, catarinenses:

O povo catarinense me confiou a missão de governar e cuidar do nosso Estado nos próximos quatro anos. Honrado e ciente da minha grande responsabilidade, entrego, hoje, a Mensagem do Poder Executivo de 2023.

Eu, que sou um filho desta Casa com muito orgulho, submeto essa Mensagem à consideração das senhoras e dos senhores, como uma sinalização clara do meu compromisso com a transparência e do meu desejo de convivência harmoniosa entre os poderes.

Tenho história. Uma longa ficha de serviços prestados a Santa Catarina e ao Brasil. Não cheguei aqui por sorte. Guiado por Deus e Nossa Senhora Aparecida, sim. Sempre. Mas movido por muito esforço, dedicação e trabalho.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi a minha Casa durante quatro mandatos, entre 1995 e 2010. Estive ao lado de alguns parlamentares que aqui estão. Presidi a Alesc entre 2009 e 2010. Conheço e respeito a Assembleia Legislativa, um espaço que é plural como Santa Catarina. Sei da importância de Executivo e Legislativo conviverem em harmonia, pelo bem maior do nosso Estado. Reitero o desejo de inaugurar um momento de permanente diálogo, extensivo a todos os poderes constituídos.

O que queremos, senhoras e senhores, é um Governo que seja um grande animador e com disposição para unir toda a sociedade - o empresário, o estudante, o operário, o comerciante, o profissional liberal, o agricultor. Um Governo mais próximo e humano; que se preocupe verdadeiramente com as pessoas.

Vamos começar zerando a fila da saúde. Faremos um grande mutirão, em conjunto com os hospitais filantrópicos e públicos, para aliviar a dor dos 227 mil catarinenses que estão há anos esperando por uma cirurgia eletiva ou por um exame. É uma situação inadmissível, não combina com Santa Catarina.

Na questão do emprego, assumimos o compromisso de investir em qualificação profissional. Faremos uma grande corrente com entidades como Fiesc, Fecomércio, Facisc e universidades comunitárias e particulares para oferecer cursos de qualificação profissional regionais.

Criaremos o Pronampe catarinense para o pequeno agricultor e também para o micro e pequeno empresário da cidade, estimulando o seu crescimento e melhorando o ambiente de negócios.

Quanto à educação, teremos o programa de ensino superior gratuito. O Estado de Santa Catarina vai pagar a faculdade daquele catarinense que, hoje, se vê forçado a escolher um curso que seja mais barato ou a bancar com muito sacrifício uma universidade - e isso quando não desiste. Vamos comprar as vagas do sistema Acafe, para que depois de formado o profissional devolva parte disso em serviço. Estamos debruçados nesse projeto, que em breve estará aqui na Assembleia.

Teremos também que nos dedicar muito à infraestrutura porque é uma área que impacta diretamente a economia - os negócios e o emprego. A má conservação das estradas é um problema recorrente, mas será atacado com pulso firme.

Vamos alavancar as atividades econômicas de nosso Estado, que são tão diversificadas. Do turismo ao agro, passando pela tecnologia, vamos fomentar as áreas em que temos excelência, melhorando o cenário sócio-econômico catarinense.

O que me dá a tranquilidade de que conseguiremos cumprir o nosso plano de ação é a qualidade da equipe que montamos: preparada, qualificada, ficha limpa, com serviços prestados e respaldada por suas áreas de atuação.

Queremos que o Estado tenha velocidade nessa transformação, porque as pessoas têm pressa. Por este motivo, estamos fazendo uma reforma administrativa, que em breve estará em discussão nesta Casa. Ela prevê a criação, recriação, compactação ou desmembramento de estruturas de Governo para diminuir e otimizar os gastos, e imprimir a digital de nossa gestão.

Ao apresentar esse conjunto de propostas ao Parlamento Catarinense, é importante afirmar que estamos promovendo as adaptações necessárias para enfrentar os quatro anos desafiadores que teremos pela frente.

O cenário levantado por minha equipe, em cada pasta, é preocupante. Não haverá o repasse bilionário de recursos extras por parte do Governo Federal, como o ocorrido durante a pandemia. Voltaremos a pagar a dívida do Estado com a União, cujas parcelas haviam sido suspensas no período de crise sanitária. Enquanto isso, nos deparamos com o aumento das despesas do Estado, sem que considerassem que os tais “recursos a mais” seriam temporários.

Destaco ainda a recomendação n. 001/2022/CECCON do Ministério Público de SC para suspensão das transferências especiais do Plano 1000, do governo antecessor. Esta é mais uma questão que conduziremos com muita responsabilidade.

Apesar dos grandes desafios, minha mensagem é de entusiasmo e otimismo. Estou convicto de que, com planejamento, ousadia e muito trabalho, alcançaremos vitórias importantes em todas as áreas. Lançaremos o Pafisc (Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina) para estabelecer medidas de acompanhamento e monitoramento da despesa; revisar contratos; analisar operações que envolvem transferências; verificar as obras que estão em andamento; revisar os benefícios fiscais e simplificar as obrigações. Também vamos buscar novas receitas e atrair investimentos. O panorama é desafiador, mas fomos eleitos pelos catarinenses para resolvê-lo - e assim faremos. Sempre de maneira respeitosa e republicana.

Para terminar:

A vida correta nasce da simplicidade e da humildade.

Quem se ergue nas pontas dos pés não fica assim por muito tempo.

Quem se interpõe à luz não pode brilhar. Quem só vê valor em si não será valorizado. Pois louvar a si mesmo não é ser grande.

Muito obrigado!

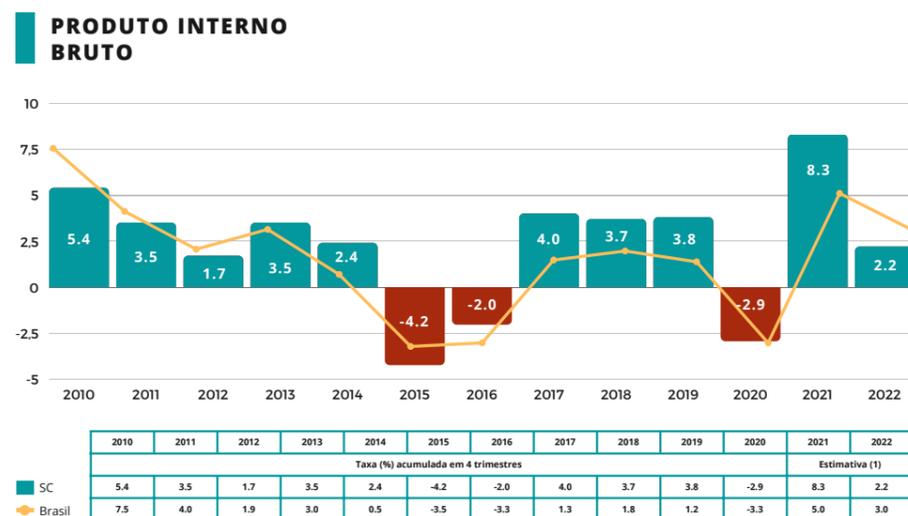


2. CONJUNTURA ECONÔMICA

O relatório Perspectivas Econômicas Globais, divulgado em janeiro pelo Banco Mundial, estima que a economia brasileira tenha crescido 3% no ano passado e projeta um **PIB de 0,8% para o Brasil em 2023**.

A previsão é semelhante ao do Boletim Focus publicado na segunda semana de janeiro, que reduziu mais uma vez a expectativa de crescimento do PIB deste ano, agora para 0,8%. Os principais fatores internos são inflação acumulada, altas taxas de juros e riscos fiscais.

Produto Interno Bruto



Neste cenário, Santa Catarina é a 6ª maior economia do Brasil e tem a 4ª maior renda per capita, segundo dados do PIB de 2020, divulgados em dezembro de 2022 pelo IBGE. Apesar da forte retração (-2,9%), provocada pelos reflexos da pandemia na atividade econômica em 2020, o Estado avançou sua participação no PIB nacional de 4,4% (2019) para 4,6% (2020).

O recuo do PIB catarinense foi menor do que a média nacional, de -3,3%. Para 2021 e 2022, especialistas do Governo do Estado estimam que o crescimento do PIB catarinense tenha sido de 8,3% e de 2,2% (set/21 a set/22), respectivamente.

Fonte: Boletim Mensal de Indicadores Econômico-Fiscais de Santa Catarina, dezembro 2022.

Setores Econômicos

A **indústria** é o setor que mais tem sofrido reveses no cenário econômico catarinense. Depois de cair -4,6% no primeiro ano da pandemia, a produção avançou 10,2% em 2021, mas voltou a recuar em 2022 devido a vários fatores: redução do poder de compra em função do encarecimento do crédito e aumento do endividamento, aumento do preço e desabastecimento de insumos. Em novembro (último dado apurado pelo IBGE), a queda acumulada do ano era de -4,2%, bem superior à média brasileira (0,6%).

As vendas do **varejo ampliado**, que inclui materiais de construção, veículos e autopeças, também enfrentam cenário desafiador. No acumulado até novembro de 2022, o crescimento foi de 2,6%, frente à alta de 8,7% em 2021. Porém, o resultado está acima da média brasileira (0,6%). O aumento do crédito e consequente endividamento das famílias são os principais fatores de estagnação.

Na **agricultura**, Santa Catarina registrou retração de -4,3% no índice de quantum agrícola, com queda na produção de soja, trigo, arroz, tomate e fumo. No caso da soja

e do trigo, a elevação de mais de 10% no preço compensou o recuo na produção.

A **pecuária**, por sua vez, apresentou crescimento da produção de 2,1% (set/2021 a set/2022). No período, o abate de suínos cresceu 7,8% e o de aves 2,4%. Porém, a produção de bovinos recuou 22%.

A queda no poder de compra das famílias também provocou desaceleração no setor de **serviços**, 5,4% no acumulado de janeiro a novembro de 2022, após forte crescimento no ano anterior (14,8%). No entanto, o volume dos serviços registrava em setembro de 2022 um crescimento de 22,1% em relação ao momento pré-pandemia (fevereiro de 2020), o dobro da média nacional (11,8%).





Comércio Exterior

Santa Catarina bateu recorde de **exportações** no acumulado até novembro de 2022. Foram US\$ 11,1 bilhões, crescimento de 18,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Os produtos mais vendidos para o exterior foram carnes de aves, carne suína, motores elétricos e soja. Os principais parceiros comerciais são os Estados Unidos e a China.

Nas **importações**, foi registrado montante de US\$ 26,6 bilhões de janeiro a novembro de 2022, aumento de 17,3%. Os produtos mais vendidos foram cobre refinado, semicondutores e fertilizantes. Quase 40% do que Santa Catarina importou no período veio da China.

Emprego

O mercado de trabalho catarinense reflete a acomodação econômica. Em 2022 (até outubro), 124.642 novos postos de trabalho foram criados, 6º maior saldo do País, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. No 3º trimestre de 2022, o Estado registrou 3,8% de taxa de desocupação, a menor do País.

¹ Fonte: Boletim Mensal de Indicadores Econômico-Fiscais de Santa Catarina

3. FINANÇAS ESTADUAIS

O Governo do Estado encerrou o ano de 2022 com receita tributária de R\$ 43,3 bilhões. Para 2023, o orçamento prevê R\$ 44,1 bilhões.

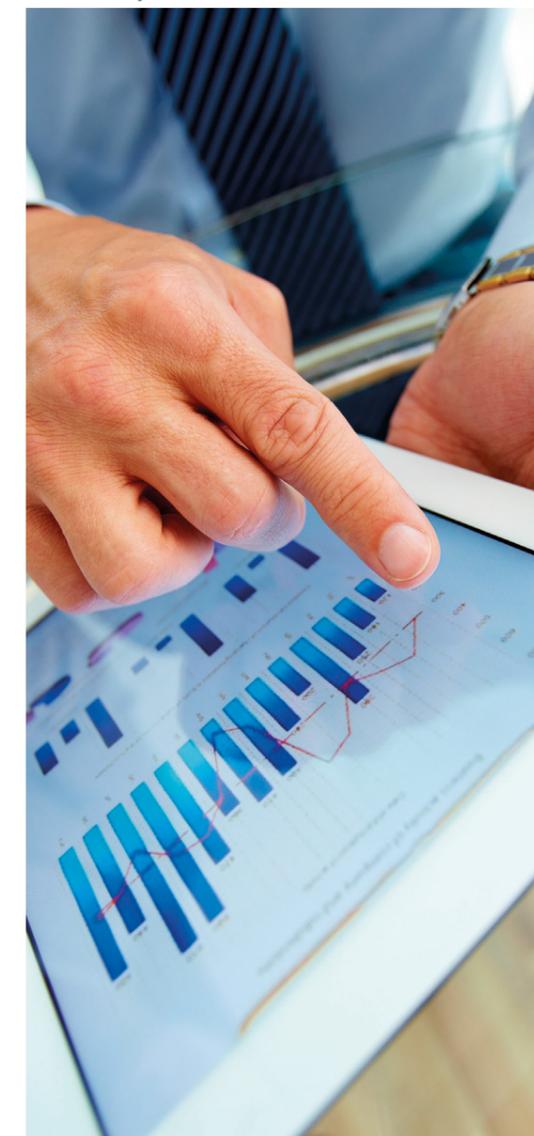
A questão é que, como em qualquer casa, no Governo do Estado a receita também tem que ser suficiente para pagar as despesas. O diagnóstico financeiro produzido pela Secretaria de Estado da Fazenda analisou o desempenho das contas estaduais nos últimos 10 anos e mostrou que teremos um grande desafio pela frente em 2023.

Com um desempenho atípico durante a pandemia de Covid-19, o Estado obteve quase R\$ 6 bilhões em recursos extraordinários num intervalo de três anos – na conta estão as transferências do Governo Federal para o combate ao coronavírus, a dispensa do pagamento de R\$ 1 bilhão referente às parcelas da dívida pública com a União entre março e dezembro de 2020 e o aumento da arrecadação tributária ocasionada pelo esforço fiscal, pela inflação e pelo crescimento da atividade econômica catarinense (PIB). Na outra ponta, houve a queda nas despesas ocasionada pelo lockdown e pela chamada “reforma administrativa invisível” do Governo Federal, que congelou salários em todo o País durante o ano de 2020.

A volta da normalidade do cenário macroeconômico mostrou o desequilíbrio entre receitas e despesas. Santa Catarina encerrou 2022 com um déficit apurado até o momento de R\$ 128 milhões na chamada Fonte 100, que é de onde saem os recursos usados no pagamento de 65% das despesas estaduais. Para 2023, serão necessários R\$ 2,8 bilhões extras para honrar os compromissos assumidos em anos anteriores e cumprimento da previsão orçamentária.

O levantamento mostrou que o gasto com a folha do funcionalismo cresceu quase 124% entre 2013 e 2022, contra uma inflação de 78% no período. Em contrapartida, o número de servidores ativos aumentou cerca de 17% nesse mesmo intervalo. Houve também um aumento de 132% no déficit previdenciário e o crescimento de 138% do custeio nos últimos 10 anos - nesta rubrica estão os gastos com a máquina pública, que incluem os insumos para a Saúde, a Educação e a Segurança Pública, por exemplo.

Os dados a seguir apresentam o panorama das finanças do Estado.

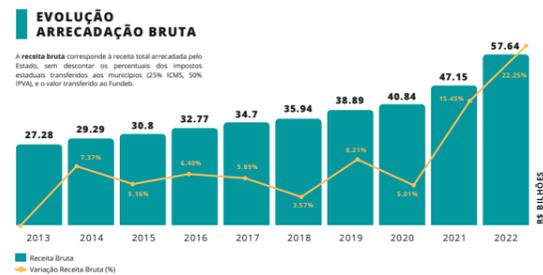


Receita

O Poder Executivo do Estado de Santa Catarina fechou 2022 com um crescimento em relação ao ano anterior de 22% na arrecadação bruta, totalizando R\$ 57,6 bilhões.

No período de 10 anos, a evolução da receita bruta vem apresentando um desempenho superior à variação do IPCA, salvo no exercício de 2015. O crescimento no período foi de 79,3%. Vale destacar que em 2022, apesar da desoneração do ICMS sobre os combustíveis e energia elétrica, que vigorou a partir de 1º de julho, se verificou um crescimento da receita bruta de 22,2%, a evidenciar uma receita bruta total de R\$ 57,6 bilhões.

Evolução Arrecadação Bruta



A **receita tributária** cresceu 19,8% em 2022 em relação ao ano anterior. O ICMS representou 81% do total da receita tributária. Houve impacto negativo da Lei Complementar 192, de 11 de março de 2022, e da Lei Complementar 194, de 23 de junho de 2022, que alteraram regras de cobrança do ICMS de combustíveis. A estimativa é de queda de R\$ 300 milhões mensais na arrecadação. Mesmo assim, o ICMS de combustíveis representou 18% do total arrecadado com o imposto, justificado pela alta dos preços.

A **receita com ICMS** alcançou R\$ 34,6 bilhões em 2022, crescimento de 19% em

comparação ao ano anterior. O avanço na arrecadação de IPVA foi ainda maior no período, 34,2%, acompanhando a alta no preço dos automóveis. A receita com o imposto totalizou R\$ 3 bilhões. Já o ITCMD teve uma evolução de 11,9% em 2022 em relação a 2021. Mas há que se considerar que o aumento é sobre uma base que no ano anterior teve crescimento de 81,4% devido à implementação pelo Governo do Estado da tabela FIPE dos imóveis. O total arrecadado com ITCMD em 2022 foi de R\$ 770 milhões.

Comportamento da Receita Tributária Total - 2022



	2019	2020	2021	2022
Combustíveis	19%	17%	15%	18%
Energia Elétrica	13%	12%	10%	11%
Supermercados	9%	10%	11%	10%
Materiais para Construção	6%	7%	8%	8%
Bebidas	7%	7%	6%	6%
Outros Setores	46%	47%	50%	47%
Total	100%	100%	100%	100%

Alguns fatores foram decisivos para o crescimento da receita tributária nos últimos anos. Além do esforço fiscal, estimado em média R\$ 1,4 bilhão por ano, destacam-se aproximadamente R\$ 5 bilhões extras em 2021, resultado da inflação (50%) e do crescimento do PIB do País e do Estado (50%), e cerca de R\$ 5,5 bilhões extras em 2022, reflexo da postergação de ICMS (40%), inflação (39%) e crescimento do PIB do País e do Estado (13%).

A **receita com rendimentos de aplicações financeiras** também cresceu significativamente em 2022 em comparação ao ano anterior, 204%, somando R\$ 944 milhões.



Despesas

O Governo do Estado apresentou nos últimos cinco anos um incremento de 66% nas **despesas do Executivo**, frente a uma inflação de 31,6%. Em 2022, o aumento dos gastos foi de 29,5% em relação ao ano anterior.

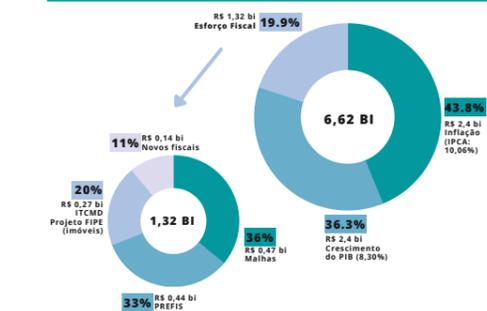
No período de 2013 a 2022, a despesa total do Estado ficou acima da variação do IPCA, o que preocupa. Em 2020, ante a pandemia do coronavírus, o nível da despesa total permaneceu no mesmo patamar de 2019, tanto pela redução de despesas face o lockdown, como pelo compromisso assumido com a União de congelar as despesas de folha de pessoal, em aderência ao que ficou conhecido por “reforma administrativa invisível”. Entretanto, em 2021, o crescimento da despesa total foi de 22,1% frente a uma variação do IPCA de 10,1%; e em 2022, 29,5%, frente a um IPCA de 5,8%.

Despesas do Poder Executivo

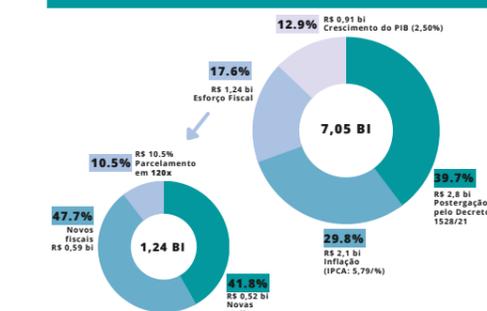


Comportamento da arrecadação

2021
Em 2021, a arrecadação nominal cresceu 22,9%, o que representa um ingresso de R\$ 6,62 bi aos cofres públicos. Se desconsiderarmos os efeitos das postergações (R\$ 1,4 bi), verificamos que esse crescimento foi de 27,14%.

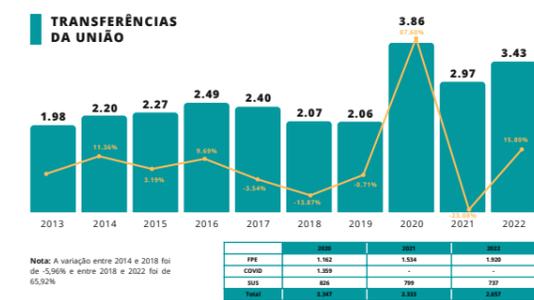


2022
No 1º semestre de 2022, o crescimento nominal da arrecadação foi de 29,9%. Por conta das LC 192 E 194 (agosto em diante), o SC sofreu perdas de R\$ 1,5 bi e encerrou o ano com crescimento de 19,44% representando um ingresso de R\$ 7,05 bi. Se desconsiderarmos os efeitos das postergações (R\$ 2,8 bi), esse crescimento foi de 11,07%.



Houve também aumento significativo no volume de **transferências obrigatórias da União**, cerca de R\$ 1,2 bilhão em média a mais por ano de 2020 a 2022. Só em 2020, o Estado recebeu do Governo Federal R\$ 1,4 bilhão, recurso específico para enfrentamento da pandemia. Destaca-se que a variação dos repasses feitos entre 2014 e 2018 foi de -5,9%, enquanto entre 2018 e 2022 o crescimento foi de 66%.

Transferências da União



	2014	2015	2022
FPE	1.162	1.534	1.820
COVID	1.389	-	-
Out	408	789	330
Total	3.959	2.323	2.150

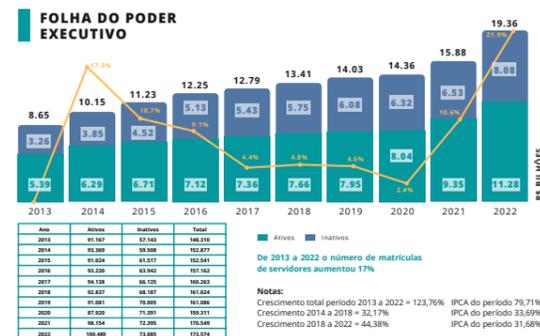
No mesmo período, as funções com maior participação no volume de gastos em 2022 foram Previdência Social (22%), Educação (20%) e Saúde (16%).



Entre os grupos de despesas, a folha de pessoal e encargos consumiu 51% em 2022, seguido por custeio (27%), investimentos (15%) e dívida (7%).

No que se refere à Folha de Pessoal (ativos e inativos), entre 2013 e 2019 observa-se uma linha crescente de tendência, com um crescimento de 62,2%, a evidenciar um aumento anual de aproximadamente R\$ 700 milhões. Em 2020, em razão da ‘reforma administrativa invisível’, o crescimento foi nulo. Já em 2021 o crescimento da folha foi de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, e de R\$ 3,5 bilhões em 2022. No período de 10 anos, o crescimento da despesa com folha foi de 123,7%, enquanto a variação do IPCA foi de 79,7%. É importante notar que o quantitativo de servidores nesse período aumentou apenas 18%.

Folha do Poder Executivo



No custeio, o maior aumento de gastos em 2022 foi com a função saúde, que consumiu 38% do total deste grupo de despesa.

Custeio do Poder Executivo

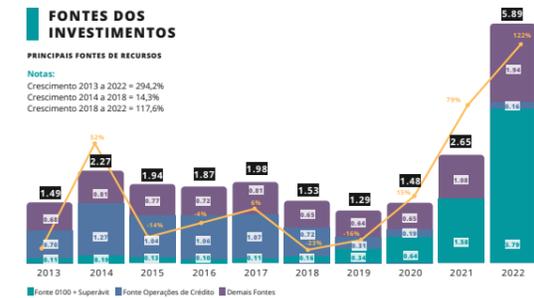


Em investimentos, o Estado vinha efetuando um desembolso anual de R\$ 1,8 bilhão em média, se considerarmos os exercícios de 2013 a 2018. Em 2019 os investimentos somaram R\$ 1,2 bilhão; R\$ 1,5 bilhão em 2020; R\$ 2,6 bilhões em 2021; e R\$ 5,8 bilhões em 2022. Verificou-se, assim, crescimentos anuais fora da curva em 2021 (79%) e em 2022 (122%), quando comparados com os exercícios imediatamente anteriores.

Os investimentos tiveram incremento significativo nas áreas de Infraestrutura, Educação, Saúde e Segurança. Apesar de muitos dos investimentos na área da infraestrutura terem se consubstanciado em transferências especiais a Municípios, é importante dizer que os investimentos,

em regra, pressupõem despesas correntes futuras para a sua manutenção, como é o caso de hospitais, novas escolas etc.

Fontes dos Investimentos



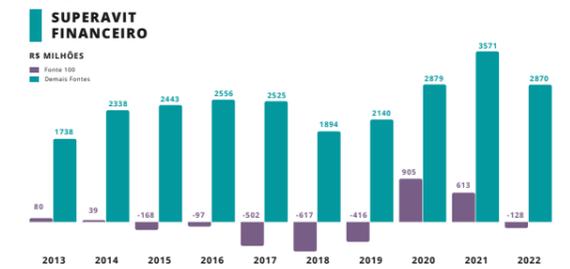
Áreas dos Investimentos



Resultados

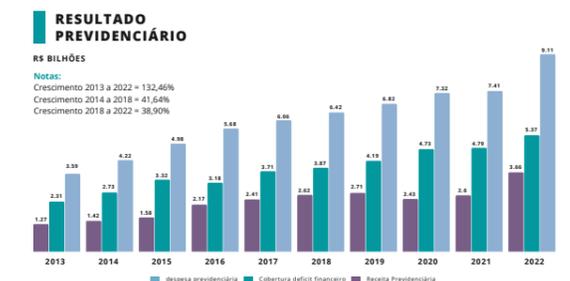
O balanço contábil do Poder Executivo do Estado aponta um superávit financeiro de R\$ 2,7 bilhões em 2022. No entanto, considerando as fontes de recursos, houve déficit de R\$ 128 milhões na Fonte 100, a principal origem dos recursos utilizados pelo Poder Executivo para aplicação em políticas públicas.

Superávit Financeiro

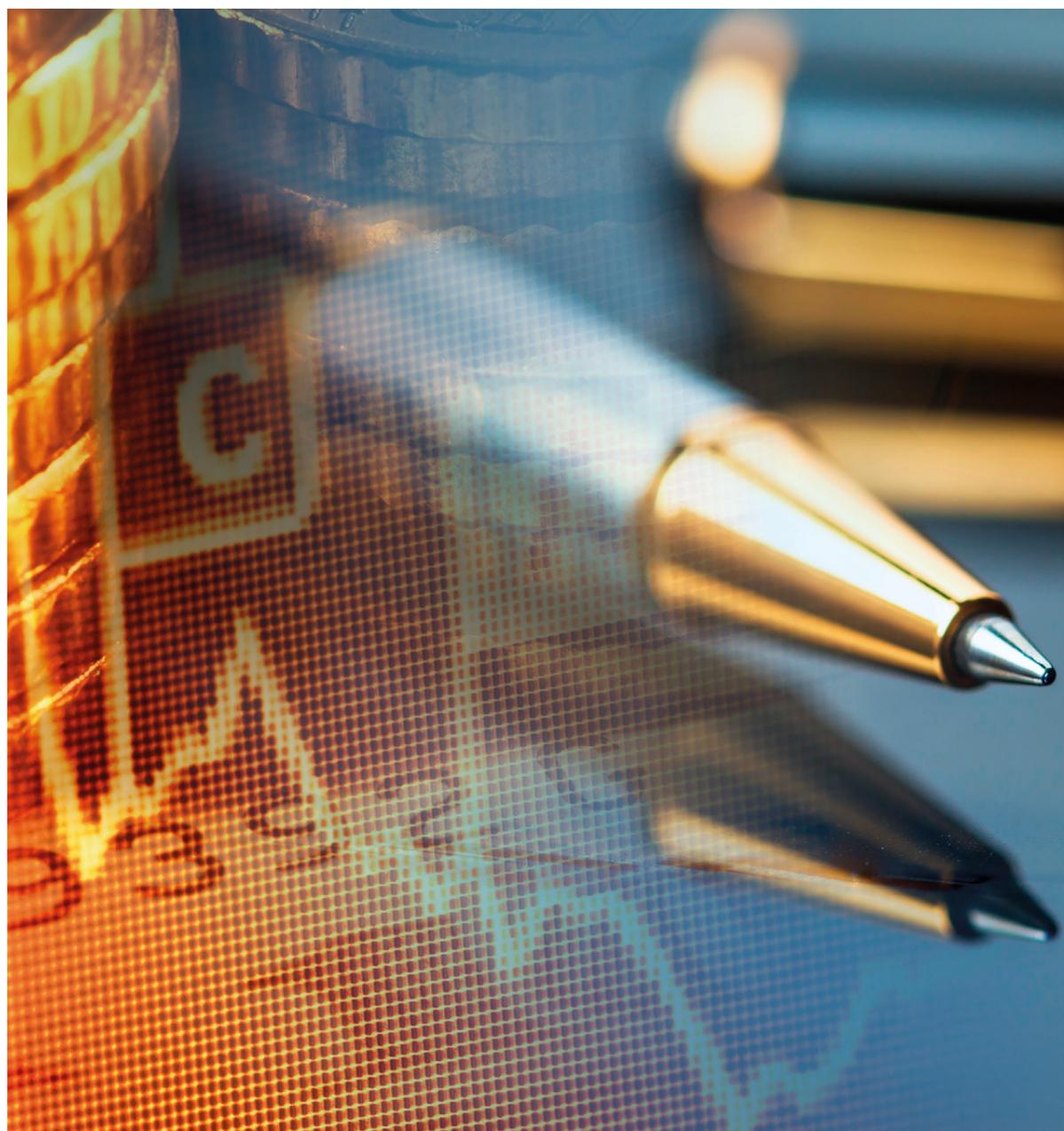


Em relação ao déficit previdenciário, compreendido no agrupamento da folha, além de seu natural crescimento, é impulsionado pelos benefícios concedidos ao pessoal da ativa, que se estendem aos inativos com direito à paridade. A insuficiência financeira para pagamento dos proventos é suportada pelo Tesouro do Estado, que passou de R\$ 4,8 bilhões em 2021 para R\$ 5,3 bilhões em 2022, representando uma variação de 12% no curto espaço de um exercício financeiro.

Resultado Previdenciário



Notas:
 - 2015 Reforma Previdenciária que, instituiu a Previdência Complementar - SCPREV e aumentou as alíquotas de contribuições previdenciárias, além de permitir a utilização dos recursos acumulados no Fundo Previdenciário para pagamento dos benefícios concedidos no Fundo Financeiro, abrangendo o desembolso financeiro com recursos da fonte 0100.
 - 2019 Lei Federal nº 13.954/2019 implantou o regime de proteção social dos militares, desvinculando essa categoria do RPPS.
 - 2021 Reforma Previdenciária com aumento das alíquotas e redução da base de contribuição dos inativos.



4. ORÇAMENTO 2023

A Lei Orçamentária nº 18.585, de 30 de dezembro de 2022, estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023. Trata-se de um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos.

Em 2023 a receita líquida total prevista é de R\$ 44,1 bilhões. O crescimento é de 16,5% em relação à receita orçada para o exercício de 2022, conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO	2022	%	2023	%	CRESCIMENTO - %
1 - RECEITA DO TESOURO					
1.1 - RECEITAS CORRENTES DO TESOURO BRUTAS	45.266.011.255,00	122,01	52.675.058.675,00	119,43 %	16,37%
1.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	39.250.378.216,00	105,8	45.353.466.496,00	102,80 %	15,55%
1.1.3 - Receita Patrimonial	121.034.766,00	0,33	339.438.116,00	0,77%	180,45%
1.1.6 - Receita de Serviços	25.262.543,00	0,07	24.440.233,00	0,06%	-3,26%
1.1.7 - Transferências Correntes	5.674.857.912,00	15,3	6.752.385.637,00	15,30%	18,99%
1.1.9 - Outras Receitas Correntes	194.477.816,00	0,52	222.401.421,00	0,50%	14,36%
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-15.270.290.380,00	-41,16	-17.710.424.090,00	-40,14 %	15,98%
RECEITAS CORRENTES DO TESOURO LÍQUIDAS	29.995.720.875,00	80,46	34.964.634.585,00	66,37%	16,57%
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	883.974.382,00	2,38	1.092.896.080,00	2,47%	23,63%
1.2.1 - Operações de Crédito	839.200.000,00	2,26	1.050.000.000,00	2,38%	25,12%
1.2.2 - Alienação de Bens	550.800,00	0,1	-	0,00%	-100,00%
1.2.3 - Amortização de Empréstimos	7.323.582,00	0	12.896.080,00	0,03%	76,09%
1.2.4 - Transferências de Capital	36.900.000,00	0,02	30.000.000,00	0,07%	-18,70%
TOTAL DAS RECEITAS DO TESOURO [a]	30.879.695.257,00	0,1	36.057.530.665,00	81,76%	16,77%
2 - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS					
2.1 - RECEITAS CORRENTES	4.451.299.028,00	11,99%	5.946.100.265,00	13,47%	33,58%
2.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	513.550.565,00	1,38%	624.104.048,00	1,41%	21,53%
2.1.2 - Contribuições	1.628.710.764,00	4,39%	2.034.931.609,00	4,61%	24,94%
2.1.3 - Receita Patrimonial	233.794.058,00	0,63%	538.135.791,00	1,22%	130,18%
2.1.4 - Receita Agropecuária	2.977.843,00	0,01%	2.971.277,00	0,01%	-0,22%
2.1.5 - Receita Industrial	28.461,00	0,00%	31.965,00	0,00%	12,31%
2.1.6 - Receita de Serviços	515.615.116,00	1,39%	583.107.171,00	1,32%	13,09%
2.1.7 - Transferências Correntes	1.316.327.679,00	3,55%	1.931.977.711,00	4,38%	46,77%
2.1.9 - Outras Receitas Correntes	240.294.540,00	0,65%	230.840.692,00	0,52%	-3,93%
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	87.557.593,00	0,23%	61.850.250,00	0,14%	-29,36%
2.2.2 - Alienação de Bens	24.629.899,00	0,07%	26.506.000,00	0,06%	7,62%
2.2.3 - Amortização de Empréstimos	22.674.512,00	0,06%	34.252.000,00	0,08%	51,06%
2.2.4 - Transferências de Capital	40.253.182,00	0,11%	1.092.250,00	0,00%	-97,29%
TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS [b]	4.538.856.621,00	12,23%	6.007.950.515,00	13,61%	32,37%

3 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS					
3.7 - RECEITAS CORRENTES	1.671.619.860,00	4,50%	2.037.301.869,00	4,61%	21,88%
3.7.2 - Receita de Contribuições	1.325.339.513,00	3,57%	1.637.188.407,00	3,71%	23,53%
3.7.3 - Receita Patrimonial	1.283.331,00	0,00%	1.180.593,00	0,00%	-8,01%
3.7.6 - Receita de Serviços	292.870.597,00	0,79%	330.705.013,00	0,75%	12,92%
3.7.9 - Outras Receitas Correntes	52.126.419,00	0,14%	68.227.856,00	0,15%	30,89%
3.8 - RECEITAS DE CAPITAL	10.000.000,00	0,02%	-	0,00%	-100,00%
3.8.9 - Outras Receitas de Capital	10.000.000,00	0,03%	-	0,00%	-100,00%
TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS [c]	1.681.619.860,00	4,53%	2.037.301.869,00	4,61%	21,15%
TOTAL [a+b+c]	37.100.171.739,00	100,00%	44.119.856.280,00	100,00%	18,92%

No que tange às receitas previdenciárias, em virtude da reforma da previdência estabelecida pela PEC nº 82/2021 e pela LC nº 773/2021, foi acrescido um índice de 25,1% entre a receita estimada para a LOA 2022 e a receita projetada para a LOA 2023, resultando em aproximadamente R\$ 407 milhões de acréscimo na receita de contribuições para o RPPS/SC. O cálculo considera os reajustes salariais implantados no exercício de 2022.

A Receita Corrente Líquida (RCL) está estimada em R\$ 38,8 bilhões. O conceito serve de base para a verificação do

cumprimento dos limites de Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, contratações de Operações de Crédito e Concessão de Garantias, bem como para destinação de emendas impositivas pela ALESC.

Em relação às despesas, a LOA fixa para 2023 o valor de R\$ 44,1 bilhões, um crescimento de 18,9% em relação à despesa orçada para o exercício de 2022.

A seguir, os desdobramentos das despesas segundo os orçamentos, as categorias econômicas e os grupos de despesas:

DISCRIMINAÇÃO	2022	%	2023	%	Crescimento - %
1 - DESPESAS CORRENTES	30.317.521.236,00	81,72%	36.682.408.793,00	83,14%	20,99%
1.31 - Pessoal e Encargos Sociais	19.588.595.627,00	52,80%	24.140.521.185,00	54,72%	23,24%
1.32 - Juros e Encargos da Dívida	1.215.733.604,00	3,28%	670.873.465,00	1,52%	-44,82%
1.33 - Outras Despesas Correntes	9.513.192.005,00	25,64%	11.871.014.143,00	26,91%	24,78%
2 - DESPESAS DE CAPITAL	5.100.030.643,00	13,75%	7.437.447.489,00	16,86%	45,83%
2.44 - Investimentos	3.818.279.645,00	10,29%	5.615.760.112,00	12,73%	47,08%
2.45 - Inversões Financeiras	319.359.500,00	0,86%	410.582.872,00	0,93%	28,56%
2.46 - Amortização da Dívida	962.391.498,00	2,59%	1.411.104.505,00	3,20%	46,62%
3 - DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.680.770.228,00	4,53%	2.034.387.628,00	4,61%	21,04%
3.31 - Pessoal e Encargos Sociais	1.424.283.047,00	3,84%	1.658.729.316,00	3,76%	16,46%
3.33 - Outras Despesas Correntes	256.487.181,00	0,69%	375.658.312,00	0,85%	46,46%

3 - DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.680.770.228,00	4,53%	2.034.387.628,00	4,61%	21,04%
3.31 - Pessoal e Encargos Sociais	1.424.283.047,00	3,84%	1.658.729.316,00	3,76%	16,46%
3.33 - Outras Despesas Correntes	256.487.181,00	0,69%	375.658.312,00	0,85%	46,46%
4 - DESPESAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	849.632,00	0,00%	2.914.241,00	0,01%	243,00%
4.44 - Investimentos	847.632,00	0,00%	2.913.241,00	0,01%	243,69%
4.45 - Inversões Financeiras	2.000,00	0,00%	1.000,00	0,00%	-50,00%
5 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	0,00%	1.000.000,00	0,00%	0,00%
5.99 - Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00%	1.000.000,00	0,00%	0,00%
TOTAL	37.100.171.739,00	100,00%	44.119.356.282,00	100,00%	18,92%

Atendendo ao § 9º do art. 120 da Constituição do Estado, foi previsto o valor de R\$ 388,6 milhões referente às emendas parlamentares impositivas para o exercício de 2023, correspondendo a 1% da RCL, conforme demonstrado acima.

Em consonância com o art. 35 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, Lei nº 18.502, de 24 de agosto de 2022, foram distribuídos recursos para despesas do valor destinado a emendas impositivas na seguinte proporção:

- 10% para a subação 14240 - emendas parlamentares impositivas da Saúde, no valor de R\$ 38,8 milhões;
- 20% para a subação 14227 - emendas parlamentares impositivas da Educação, no valor de R\$ 77,7 milhões; e

- 70% no valor de R\$ 272 milhões distribuídos entre as subações de 15382 – emendas parlamentares impositivas do FUNDO SOCIAL, 15097 - emendas parlamentares impositivas da Agricultura, na subação 15098 - emendas parlamentares impositivas da Infraestrutura e Mobilidade, e na subação 15100 - emendas parlamentares impositivas da Segurança Pública.

Para 2023, em atendimento ao Art. 198, § 2º da Constituição Federal, o Estado destinará para ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 5,6 milhões, que correspondem a 16% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, incremento de 24,7% em relação a 2022, conforme detalhamento a seguir:

1.1 - Impostos	28.177.886.078	32.433.122.595	15,10%
1.2 - Transferências de Impostos Federais	1.689.572.379	2.139.962.935	26,66%
1.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	129.296.575	178.251.810	37,86%
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	68.939.086	103.368.745	49,94%
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	199.530.279	426.521.330	113,76%
2 - PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12%	12%	0,00%
3 - VALOR MÍNIMO A APLICAR	3.631.826.927	4.233.747.290	16,57%
4 - PERCENTUAL FIXADO	15,00%	16,05%	7,00%
5 - TOTAL DA DESPESA FIXADA	4.539.813.659	5.663.999.663	24,76%

Referente a manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino, em atendimento ao Art. 198, § 2º da Constituição Federal, a LOA prevê a aplicação de R\$ 6,1 bilhões. Somada à perda do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação (Fundeb), de quase R\$ 2,7 bilhões, corresponde a 25% das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado. O incremento é de -0,24% em relação a 2022, conforme detalhamento a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	INCREMENTO - %
1 - RECEITA TOTAL ESTIMADA	30.265.224.397	35.281.227.415	16,57%
1.1 - Impostos	28.177.886.078	32.433.122.595	15,10%
1.2 - Transferências de Impostos Federais	1.689.572.379	2.139.962.935	26,66%
1.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	129.296.575	178.251.810	37,86%
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	68.939.086	103.368.745	49,94%
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	199.530.279	426.521.330	113,76%
2 - DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	5.669.963.578	6.626.951.615	16,88%
2.1 - Impostos	5.252.495.847	6.057.330.651	15,32%
2.2 - Transferências de Impostos Federais	337.914.476	427.992.587	26,66%
2.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	25.859.382	35.650.362	37,86%
2.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	13.787.817	20.673.749	49,94%
2.5 - Dívida Ativa dos Impostos	39.906.056	85.304.266	113,76%
3 - PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%	25%	0,00%
4 - VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	7.566.306.099	8.820.306.854	16,57%
5 - DESPESA FIXADA	5.221.357.861	6.174.803.663	18,26%
6 - DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	2.394.209.941	2.681.324.015	11,99%
7 - VALOR APLICADO [5+6]	7.615.567.802	8.856.127.678	16,29%
8 - PERCENTUAL APLICADO	25,16%	25,10%	-0,24%

No Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado direta ou indiretamente detém a maioria do capital social, com direito a voto, os investimentos totalizam R\$ 2, 3 bilhões para 2023. O crescimento é de 38,8% em relação à

despesa orçada para o exercício de 2022, conforme segue:

EMPRESAS	2022	2023	Incremento - %
Gabinete do Governador do Estado	1.651.567.224,00	2.285.084.144,00	38,36%
CELESC Geração S.A.	62.091.093,00	108.674.741,00	75,02%
CELESC Distribuição S.A.	823.326.000,00	1.106.763.343,00	34,43%
SC Participações e Parcerias S.A.	2.360.000,00	2.125.000,00	-9,96%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	539.732.206,00	820.290.340,00	51,98%
SCPar Porto de Imbituba S.A.	38.439.000,00	57.607.000,00	49,87%
SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.	19.600.000,00	40.770.564,00	108,01%
Companhia de Gás de Santa Catarina	82.343.428,00	88.123.831,00	7,02%
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	66.525.497,00	5.779.325,00	-91,31%
Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A.	7.000.000,00	50.000.000,00	614,29%
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	4.950.000,00	4.950.000,00	0,00%
Sapiens Parque S.A	5.200.000,00	-	-100,00%
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural	7.600.000,00	6.105.305,00	-19,67%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.	7.600.000,00	6.105.305,00	-19,67%
Secretaria de Estado da Administração	11.705.000,00	27.942.420,00	138,72%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.	11.705.000,00	27.942.420,00	138,72%
TOTAL	1.670.872.224,00	2.319.131.869,00	38,80%



5. O NOVO GOVERNO

Queremos que o Estado tenha velocidade na grande transformação planejada para os próximos anos. Por este motivo, estamos fazendo uma reforma administrativa, que em breve estará em discussão nesta Casa. Ela prevê a criação, recriação, compactação ou desmembramento de estruturas de Governo para imprimir a digital de nossa gestão, com o cuidado de enxugar a estrutura para que não aumente despesas. Assim, teremos novas pastas, como a da Ciência, Tecnologia e Inovação; Indústria,

Comércio e Serviços; Portos Aeroportos e Ferrovias, e também a Secretaria Executiva de Relações Governamentais. Recriamos as pastas do Turismo, do Esporte e Cultura, do Planejamento e da Segurança Pública, e devolvemos o status de secretaria para a agora denominada Secretaria de Estado da Prevenção e Defesa Civil. Transformamos ainda a Secretaria Executiva do Meio Ambiente em Secretaria do Meio Ambiente e Economia Verde. Todas essas mudanças ajudarão no cumprimento do plano de ação, que apresentamos a seguir.

Plano de Ação

Cuidar das pessoas será o foco da nova gestão. Afinal, o que o cidadão espera do Governo é receber condições para desfrutar de uma vida digna, com oportunidades de emprego e renda, acesso à educação, saúde de qualidade e estradas adequadas, além da garantia de um ambiente seguro para viver e propício para trabalhar e empreender. Para isso, precisamos de uma administração pública eficiente, capaz de promover as ações necessárias para atender às expectativas da sociedade. Essas serão as diretrizes que vão conduzir nossas ações nos próximos quatro anos.

1. Saúde

Já diz o dito popular, o importante é ter saúde, o resto a gente corre atrás. Os catarinenses precisam de saúde para trabalhar, empreender, estudar e viver felizes. Depois dos desafios enfrentados nesta área durante os últimos anos, algumas medidas necessárias para garantir o acesso aos serviços de saúde tornaram-se ainda mais evidentes e urgentes. Entre as ações do novo governo para a saúde, destacamos:

- Implantar a operação Fila Zero por meio dos 21 hospitais estaduais e 152 hospitais filantrópicos/municipais em mutirões de exames e cirurgias. No momento, estamos consolidando os dados do BI (Sistema de coleta de dados) da fila de espera para as cirurgias e consultas com especialistas. Um grupo de trabalho vai verificar a capacidade de realização dos procedimentos nos hospitais próprios e contratualizados. Ele será composto pelos representantes da SES, das Secretarias Municipais de Saúde, da Rede de Hospitais, do Cosems e dos Consórcios de Saúde. O objetivo é propor ações e estratégias que otimizem o acesso aos serviços.

- Realizar o diagnóstico e o início do tratamento contra o câncer conforme previsto por lei (30 dias diagnóstico, 60 dias início do tratamento), reduzindo o tempo de espera para procedimentos como quimio, radio e cirurgia. Estão sendo levantados os números de exames e cirurgias represadas para que sejam realizadas dentro do tempo estipulado pela legislação. Já estão sendo realizados mutirões de cirurgias oncológicas.

- Ampliar o número de leitos para UTI SUS de 1120 para 1500, em parceria com o Governo Federal.

- Criar clínicas sobre rodas para levar aos municípios, de forma itinerante, serviços de saúde como consultas de ginecologia, pediatria, clínica geral e exames de mamografia e oftalmologia.

- Acabar com a ‘ambulancioterapia’ por meio do Programa Saúde Perto de Você. A proposta é regionalizar o atendimento por meio da instituição de hospitais de referência em cada região.





2. Educação

Em um mundo cada vez mais competitivo e movido pelo conhecimento, é preciso assegurar condições para que a população de Santa Catarina esteja ainda mais preparada e qualificada para o mercado de trabalho. Para promover esses avanços, a nova gestão propõe:

- Garantir o acesso e permanência ao Ensino Superior para os estudantes catarinenses e estimular o desenvolvimento regional por meio da educação. Para isso, estamos revisando a legislação para implantação da Universidade Gratuita, estudando os impactos financeiros e definindo a operacionalização dos processos. Queremos beneficiar mais de 75 mil estudantes matriculados no Sistema ACAFE em 2023, chegando a 130 mil estudantes, diminuindo o custo do estudante na educação superior para o Estado.

- Melhorar a implantação do Novo Ensino Médio investindo em formações continuadas para os professores e equipes gestoras em parceria com universidades, sistema S e Municípios. Queremos reduzir a evasão escolar, qualificar a prática pedagógica dos professores e garantir aos catarinenses uma formação básica sólida.
- Melhorar a infraestrutura elétrica das escolas, visando a segurança e a melhoria da qualidade de ensino com a instalação de equipamentos como ar condicionado, informática e automação. Atualmente, apenas 17% das escolas possuem liberação para instalação de ar condicionado e 18% têm projetos elétricos ou de reforma geral em contratação ou andamento. Estamos realizando o levantamento das ações para que 100% das escolas tenham infraestrutura elétrica adequada.

3. Emprego e renda

A base para o desenvolvimento socioeconômico é a garantia de oportunidade de emprego e renda. Com recursos financeiros, o cidadão tem acesso a casa, comida e lazer. Por isso, a proposta do novo governo é promover um ambiente atrativo aos negócios e à geração de emprego e renda, a partir de uma série de ações, entre elas:

- Criar o Pronampe/SC, linha de crédito especial para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, incluindo os trabalhadores do campo. A proposta é conceder juro zero nas operações até R\$ 30 mil. A operacionalização será feita pelo Badesc em parceria com outras instituições bancárias e cooperativas de crédito.
- Ampliar a divulgação nacional e internacional dos eventos turísticos, culturais, religiosos e esportivos de Santa Catarina e incentivar a realização de feiras e eventos regionais para fortalecer o turismo regional/municipal. A proposta é estabelecer um calendário anual em conjunto com os Municípios e o trade turístico.
- Criar o programa Seguro no Campo para o produtor assegurar 100% da sua produção

contra imprevistos na colheita. O produtor pagará somente 1/3 do custo da apólice do seguro, o Governo Federal (PSR) e o Estado pagarão os outros 2/3 do custo.

- Implantar um programa de desburocratização e modernização do Instituto do Meio Ambiente (IMA/SC), visando agilizar os processos de obtenção de licenças ambientais, com prazos limites para emissão.

- Não aumentar impostos estaduais e implantar um plano de redução tributária para incentivar o crescimento de setores específicos da nossa economia.

- Promover a revisão da política tributária dos produtos e insumos agrícolas para ampliar a competitividade do agronegócio catarinense.

- Intensificar os programas de combate à estiagem urbana e rural em parceria com os Municípios, Casan e Epagri.

- Criar o programa Mais Verde para incentivar por meio de benefícios financeiros o dono de propriedade rural que tem florestas e reservas legais a preservar a natureza.



4. Infraestrutura

Para que a economia de Santa Catarina promova emprego e renda aos catarinenses, não bastam medidas como desburocratização, alívio da carga de impostos e acesso ao crédito. É fundamental também que o Estado tenha infraestrutura de qualidade, proporcionando segurança e custos competitivos às atividades econômicas. Entre as ações a serem implementadas neste sentido estão:

- Negociar com o Governo Federal a forma de aceleramos as obras de ampliação e revitalização das rodovias federais não privatizadas, tais como: BR 470 (concluir a duplicação até Indaial); BR 282 (implantar mais 3ªs faixas); BR 280 (concluir a duplicação no trecho entre São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul); BR 285 (concluir obras de revitalização).
- Criar um programa de manutenção e conservação preventiva das 22 rodovias estaduais. Estudo da FIESC mostrou que 60% das SCs precisam de revitalização. As situações mais críticas são das SCs 283 (Mondaí-Palmitos, Arvoredo-Seara e Seara-Arabutã); 155 (Xanxerê-Xavantina, Bom Jesus-Abelardo Luz), 480 (Xanxerê-Bom Jesus); 482 (Galvão-Coronel Martins); 305 (São Lourenço do Oeste-Campo Erê); 161 (Anchieta SC-305 a Serra do Sul, na divisa com a BR-280, no Paraná); 492 (Maravilha-Santa Terezinha do Progresso); 496 (Tunápolis-Beato Roque/trecho em processo de implantação); 163 (Iporã do Oeste-Itapiranga) e 350 (Abelardo Luz-Passos Maia).
- Promover em conjunto com as Prefeituras o asfaltamento das principais estradas rurais para interligação entre municípios, criando rotas alternativas e seguras para o trânsito urbano, para o escoamento da safra e para desenvolvimento do turismo.
- Elaborar em parceria com o Governo Federal projetos para licitações internacionais das concessões das ferrovias em Santa Catarina, em especial a Leste-Oeste (Ferrovia do Frango).
- Promover investimentos para modernizar e ampliar a atuação dos 5 Portos e 24 Aeroportos no Estado, principalmente em parcerias com a iniciativa privada, por meio de PPP's.
- Acelerar o plano de obras e investimentos da SCGÁS, ampliando a rede de distribuição de gás natural nos principais pólos econômicos do Estado.
- Ampliação da cobertura trifásica das áreas industriais e rurais do Estado pela Celesc e Cooperativas de Eletrificação Rural.
- Disponibilizar linhas de crédito via BADESC, BRDE e cooperativas de crédito para que o consumidor rural possa adquirir sistemas próprios e/ou coletivos de geração de energia de matriz limpa.
- Ampliar, nas áreas rurais, a cobertura da internet e de comunicações, relativas à banda larga e telefonia. Hoje, 22% da população rural tem acesso deficitário à internet (1,6 milhão de pessoas).
- Criar um programa para aceleração da implantação da rede 5G junto às Prefeituras, onde simultaneamente será ampliado a conectividade 3G e 4G – dando ênfase às sombras de sinal existentes no Estado.
- Atrair novos investimentos para ampliação da cobertura de esgotamento sanitário até 2033, priorizando o modelo regionalizado, as PPPs e as parcerias com as Prefeituras, através da criação de SPEs para o gerenciamento financeiro das grandes concessões.





5. Segurança Pública

O povo catarinense quer um bom emprego, os filhos numa escola de qualidade e saúde para viver e trabalhar. Mas precisa de paz para tudo isso. O Estado tem o dever de garantir a segurança das pessoas, permitindo que elas vivam suas vidas numa sociedade saudável, sem que se sintam ameaçadas ao sair de casa. Para proporcionar essa segurança aos catarinenses, o governo colocará em prática uma série de ações:

- Ampliar o combate aos crimes contra a mulher com ações como aprimoramento do aplicativo Botão do Pânico; aulas de defesa pessoal às mulheres e adolescentes durante o Ensino Médio; e instituição do programa

educacional “Protetores do Lar” para os alunos do Ensino Médio.

- Aumentar o número de delegacias especializadas = Jovem infrator; Família (vítima); criança; mulher; e idoso.
- Instituir, em parceria com as corporações da Segurança Pública, um programa de valorização profissional dos servidores.
- Criar o Comando Especializado de Resposta Tática (CERT) e 5 Batalhões de Resposta Tática (BRT), permitindo uma rápida resposta e qualificada no combate ao crime organizado, ao terrorismo doméstico e contra as quadrilhas de criminosos (facções), resultando no aumento do poder de dissuasão da PMSC.



- Implantar no sistema prisional catarinense um programa de trabalho aos detentos. O “Trabalhar pela Liberdade” visa a reinserção social, a redução da reincidência criminosa e a redução dos custos do Estado. Uma das propostas é implantar cozinhas e lavanderias industriais, marcenarias e espaços de corte/costura para confecção de uniformes e roupas de cama para atender aos hospitais regionais e filantrópicos do Estado.

- Implementar sistema único informatizado de defesa civil, em parceria com os municípios e aperfeiçoar os planos de contingências estadual e municipais.

- Investir na capacitação não apenas dos agentes públicos, mas da população

catarinense, especialmente quanto aos riscos de desastres a que estão sujeitos, assim como as ações a serem empreendidas antes mesmo da ação dos órgãos governamentais.

- Implementar na Polícia Científica projetos inovadores e tecnológicos, incluindo exames periciais com realidade virtual, uso de sistemas de identificação balística e de reconhecimento facial, além de fortalecer os bancos de perfis genéticos e de impressões papilares. Na vertente dos projetos sociais, a Polícia Científica trará projetos “Biometria Única” e “PCI por Elas”, que focam na proteção de crianças, mulheres e idosos.



6. Desenvolvimento Social

O Estado também precisa dar atenção aos mais vulneráveis, não só garantindo acesso aos serviços públicos, mas também permitindo que todos tenham uma vida digna. Queremos que os catarinenses tenham emprego, escola, saúde e segurança, mas não podemos deixar ninguém para trás nesse processo. O Estado precisa cuidar de todas as pessoas, e para isso o novo governo também prevê várias ações:

- Ampliar a rede de atendimento às pessoas em situação de violação de direito, em especial mulheres vítimas de violência, idosos e crianças e adolescentes, por meio

de equipes técnicas capacitadas, vinculadas à gestão estadual.

- Fortalecer a articulação com os Municípios, sobretudo na identificação das demandas para a execução da Política de Assistência Social, sendo uma das principais ações a efetivação da regionalização dos serviços da Proteção de Média e Alta Complexidade e do fortalecimento dos Conselhos Municipais.
- Garantir recursos específicos para situações de calamidade e emergência, garantindo que a população seja atendida de maneira rápida, ágil e eficaz.

7. Gestão de Governo

Para que o Governo do Estado atenda às expectativas da sociedade e articule ações que promovam o bem-estar econômico e social dos catarinenses é necessário que tenhamos uma administração pública mais ágil, enxuta, moderna e inovadora, menos burocrática e sintonizada com a evolução da sociedade, atendendo suas expectativas. Para isso, propomos uma série de ações, entre elas:

- Instituir mecanismos de prestação de contas e responsabilização direta dos gestores pelos resultados de suas ações (accountability – fiscalização, controle social e responsabilização).
- Promover o mapeamento patrimonial dos bens do Estado com o objetivo de verificar a possibilidade de venda para levantamento de recursos para investir em serviços e obras necessárias ao cidadão.

- Centralizar os processos de Compras e Licitações de todos os 32 órgãos da administração direta do Governo do Estado a partir de 2023, com exceção da Udesc, Defensoria Pública e Empresas Estatais. A ação visa qualificar o gasto público a partir da redução de custos administrativos e economia de escala. Além disso, a iniciativa permitirá que órgãos e entidades foquem seus esforços nas atividades finalísticas. A estimativa é economizar R\$ 120 milhões por ano e reduzir o custo administrativo em R\$ 20 milhões, além de profissionalizar e garantir mais qualidade no processo de Compras e Licitações.

- Criar e melhorar ferramentas que permitam ao cidadão ter acesso aos serviços públicos na palma da mão, e possa se informar e resolver suas pendências em todas as secretarias utilizando o mesmo dispositivo.



- Promover a reestruturação da Fundação Escola de Governo em articulação com a Universidade do Estado de Santa Catarina para garantir aos servidores públicos formação continuada para oferecer um serviço de grande qualidade à população.
- Criar agenda para o Gabinete itinerante do Governador percorrer, em bases a serem definidas, todos os municípios do Estado. Nestes eventos serão prestadas à comunidade local informações sobre a gestão do Estado e levantadas as demandas dos cidadãos e autoridades.
- Implantar nos principais municípios do Estado um Centro de Atendimento ao Cidadão para oferecer uma série de serviços públicos federais, estaduais e municipais, incluindo uma loja de serviços bancários do Badesc, no formato correspondente bancário.
- Criar por meio da Controladoria-Geral do Estado o “Conselho de Integridade,

Governança e Riscos” para tratar dos conceitos e normatizações das áreas de integridade, governança e riscos no Estado, mediante a edição de códigos de ética e de conduta dos órgãos da administração direta e indireta estadual, incluindo as estatais.

- Instituir os Conselhos de Usuários de Serviços Públicos promovendo nova forma de participação direta na avaliação e melhoria dos serviços públicos prestados, através da avaliação voluntária. Acompanhar a implantação em todos os órgãos da administração direta e indireta.
- Promover o controle do déficit previdenciário do Estado de Santa Catarina e estabelecer um plano de regularização através da criação de um Fundo Imobiliário do estado para quitação do Déficit Atuarial.
- Rever a atual política de concessão e revisar a previsão de 20 bilhões de reais estabelecida na LOA de 2023.



Expediente:

Material elaborado pela Secretaria Geral de Governo, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado de Comunicação, com base em informações enviadas por todas as secretarias e órgãos de Governo.

Gráficos: Cláudio Dubina/CGE



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**

